

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO INTERMEDIÁRIO
Em milhares de Reais

fl. 1

ATIVO	Notas	30.6.2017	31.12.2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30.6.2017	31.12.2016
ATIVO		1.734.052	1.674.728	PASSIVO		1	2
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.965	3	Credores Diversos		1	2
Compromisso de Revenda	5	1.468.679	1.405.496	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	1.734.051	1.674.726
Créditos com o Governo Federal	14.5	232	234	Resultados Acumulados		1.734.051	1.674.726
Créditos a Receber	6	262.152	268.950				
Outros		24	45				
TOTAL DO ATIVO		1.734.052	1.674.728	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.734.052	1.674.728

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA
Em milhares de Reais

	Notas	Semestres findos em 30 de junho	
		2017	2016
Doação de Recursos ao BCB para Execução de Projetos Institucionais	8	(27.411)	(19.616)
Receitas com Juros		89.732	98.472
Taxa de Administração	10	(2.975)	(1.948)
Outras Receitas		1	9
Outras Despesas		(22)	-
RESULTADO NO SEMESTRE	11.1	59.325	76.917

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.577.518	1.577.518
Resultado no 1º semestre de 2016	76.917	76.917
Saldo em 30 de junho de 2016	1.654.435	1.654.435
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.674.726	1.674.726
Resultado no 1º semestre de 2017	59.325	59.325
Saldo em 30 de junho de 2017	1.734.051	1.734.051

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA
Em milhares de Reais

	Notas	Semestres findos em 30 de junho	
		2017	2016
RESULTADO NO SEMESTRE	11.1	59.325	76.917
RESULTADO ABRANGENTE NO SEMESTRE	11.2	59.325	76.917

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias.

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA
Em milhares de Reais

fl. 2

	Notas	Semestres findos em 30 de junho	
		2017	2016
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais		2.962	(2.888)
Resgate de operações compromissadas	5	12.659	1.249
Recebimentos do Governo Federal		4	4
Pagamento de taxa de administração do Banco Central do Brasil	10	(2.975)	(1.948)
Doação de recursos ao Banco Central do Brasil para execução de projetos institucionais	8	(27.411)	(19.616)
Recebimento de créditos a receber	6.1	20.685	17.419
Outros recebimentos		-	4
Fluxo de Caixa Líquido		2.962	(2.888)
Varição em caixa e equivalentes de caixa		2.962	(2.888)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		3	2.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		2.965	7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias.

1 - A REDI-BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN nº 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB 234/2003, de 20 de agosto de 2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-BC) incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque) e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria nº 37.687, de 18 de dezembro de 2006, conforme a seguir:

“Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico”.

Em atendimento à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), proferida pelo Acórdão nº 1448/2012 – TCU – Plenário, de 13 de junho de 2012, não são iniciados projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União (OGU).

Como a Redi-BC não possui personalidade jurídica, o Banco Central do Brasil (BCB) atua como seu administrador, realizando todas as operações em seu nome, sendo o Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão (Depog) responsável pela sua gestão. O BCB é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais.

A Redi-BC está sediada em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do BCB, e está sujeita à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias foram aprovadas pela administração em 28 de setembro de 2017 e encontram-se publicadas no sítio do BCB na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras sintéticas intermediárias da Redi-BC para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e seguem o disposto na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Assim, não incluem todas as divulgações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016. As mesmas políticas contábeis e metodologias de cálculo são seguidas nestas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias quando comparadas às demonstrações financeiras anuais mais recentes.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentadas as principais políticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às demonstrações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado da Redi-BC é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao patrimônio líquido (Notas 7 e 11.1).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas

3.2.1. Despesas e custeio de projetos

As despesas da Redi-BC com projetos, apresentadas na rubrica Doação de Recursos ao BCB para Execução de Projetos Institucionais (Nota 8), são reconhecidas quando da efetivação da doação ao BCB, onde transitarão, por meio do OGU, as despesas com os materiais ou serviços prestados.

3.2.2. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva das operações, a qual desconta o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas com juros apresentadas na demonstração do resultado incluem as receitas e despesas com juros dos ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da Redi-BC.

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Redi-BC se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

A Redi-BC realiza operações em que não recebe substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nas operações de compra com compromisso de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores pagos (Nota 5).

3.4.2. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) a Redi-BC transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.4.3. Compensação entre ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

3.4.4. Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo por Meio do Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada. Os passivos financeiros não são objeto de classificação, sendo mensurados pelo custo amortizado, à exceção dos passivos financeiros derivativos, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a) Valor Justo por Meio do Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento financeiro derivativo; ou
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo.

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda, sendo mensurados pelo valor justo. Os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, enquanto os ganhos e perdas relativos ao ajuste a valor justo são levados ao patrimônio líquido – sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização.

3.4.5. Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação, os quais fazem o maior uso possível de parâmetros objetivos de mercado, incluindo o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6. Ajustes a valor recuperável de ativos financeiros

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- a) dificuldades financeiras do emissor ou devedor;

- b) não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou dos juros;
- c) renegociação ou abatimento;
- d) liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira; e
- e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta retificadora e o valor da perda reconhecido no resultado.

As avaliações de perdas no valor recuperável de ativos financeiros são realizadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade das metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda no valor recuperável, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido é transferida para a demonstração do resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta retificadora. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão da perda anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita.

3.5. Provisões para pagamentos de passivos

A Redi-BC reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.6. Uso de julgamentos, premissas e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer o uso de julgamentos, premissas e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos e passivos na data das demonstrações financeiras, bem como os montantes de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, uma vez que os resultados efetivamente realizados podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais julgamentos e estimativas.

As estimativas adotadas são analisadas em uma base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores julgados relevantes, refletindo as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As revisões realizadas são reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas no uso de julgamentos, premissas e estimativas, os resultados divulgados pela Redi-BC poderiam ser distintos, caso uma alternativa diferente fosse escolhida. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Redi-BC e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As avaliações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de premissas e estimativas, que apresentam impacto nos valores de ativos e passivos, dizem respeito aos ajustes a valor recuperável de ativos financeiros. A Redi-BC revisa seus ativos financeiros periodicamente a fim de avaliar se perdas no valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, conforme detalhado na Nota 3.4.6.

3.7. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de tributos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

Em razão de sua imunidade tributária, a Redi-BC não se submete aos requisitos da IAS 12 – Impostos sobre a Renda.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se às disponibilidades de caixa destinadas a atender os compromissos de curto prazo da Redi-BC. A variação no período corresponde, basicamente, ao recebimento da prestação mensal dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial (Nota 6.1), ocorrido em 30 de junho de 2017, cuja aplicação em operações de compra com compromisso de revenda ocorreu em 03 de julho de 2017.

5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o BCB e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Redi-BC. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	30.6.2017	31.12.2016
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.468.679	1.405.496
Garantias	1.473.285	1.417.658

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (Nota 9), compensada em parte pelo resgate de recursos para fazer frente às despesas com projetos no período, conforme detalhado no quadro a seguir:

	Semestres findos em		
	30.6.2017	31.12.2016	30.6.2016
Saldo inicial	1.405.496	1.385.476	1.303.008
(+/-) aplicações/resgates	(12.659)	(68.289)	(1.249)
(+) juros (Nota 9)	75.842	88.309	83.717
Saldo final	1.468.679	1.405.496	1.385.476

6 - CRÉDITOS A RECEBER

	30.6.2017	31.12.2016
Créditos parcelados - Instituições em regime especial	262.152	268.950
Total	262.152	268.950

Referem-se aos créditos da Redi-BC com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, que estavam registrados em dívida ativa e não contavam com garantias, razão pela qual eram considerados sem valor recuperável.

Com a assinatura, em 2013, do termo de parcelamento da dívida pelo Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial, no âmbito da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, esses créditos foram contabilizados considerando-se o valor presente líquido do saldo devedor na data de assinatura do termo de parcelamento, tomando-se por base as taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela Brasil, Bolsa e Balcão (B3) para a duração do contrato.

Esses créditos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros apropriados no resultado de acordo com a taxa efetiva da operação apurada na data de assinatura do termo de parcelamento (8,72% ao ano mais Taxa Referencial – TR).

Por sua vez, o valor de cada prestação mensal é atualizado exclusivamente mediante a aplicação da TR acumulada mensalmente, conforme dispõe o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

A variação no saldo deve-se ao recebimento das prestações no período, compensado em parte pela incorporação de juros (Nota 9), conforme detalhado no quadro a seguir:

	Semestres findos em		
	30.6.2017	31.12.2016	30.6.2016
Saldo inicial	268.950	268.680	271.363
(+) juros (Nota 9)	13.887	14.928	14.736
(-) recebimento	(20.685)	(14.658)	(17.419)
Saldo final	262.152	268.950	268.680

7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica resultados acumulados inclui os resultados apurados pela Redi-BC desde a criação da Recheque (Nota 1), uma vez que não ocorre distribuição dos resultados.

8 - DOAÇÃO DE RECURSOS AO BCB PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS

Corresponde aos recursos doados pela Redi-BC ao BCB para o custeio de despesas com projetos institucionais.

O limite a ser transferido para o BCB consta do OGU e baseia-se em estimativas anuais para a execução de projetos institucionais aprovados pela Diretoria Colegiada. Entretanto, a liberação desses recursos, com o consequente reconhecimento da despesa, dá-se somente para os valores já comprometidos e em vias de liquidação.

Os projetos institucionais, antes de terem recursos alocados, são submetidos ao Comitê de Projetos Corporativos (CPC) e, posteriormente, à Diretoria Colegiada, que aprova ou não sua criação. Dada a importância para o alcance dos objetivos estratégicos do BCB, no relatório de gestão anual são detalhados as entregas e benefícios dos projetos para a organização.

Os projetos institucionais são classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

- a) Projetos em elaboração: são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e que estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;
- b) Projetos em execução: projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;
- c) Projetos concluídos: todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento da doação de recursos, de acordo com os parâmetros de classificação citados, tomando-se por base a etapa em que os projetos institucionais se encontravam em 30 de junho de 2017.

8.1. Doação de recursos – agregado

	Semestres findos em 30 de junho	
	2017	2016
Projetos em Execução	24.328	8.733
Projetos Concluídos	125	9.237
Subtotal	24.453	17.970
Recursos disponibilizados ao BCB para custeio da carteira de projetos	2.958	1.646
Total	27.411	19.616

Os valores relativos aos recursos disponibilizados para custeio da carteira de projetos correspondem à parcela dos recursos efetivamente doados pela Redi-BC ao BCB, para a qual ainda não ocorreu a realização das despesas no OGU.

8.2. Projetos em elaboração

Não havia projetos na etapa de elaboração em 30 de junho de 2017 visto que todos os projetos que estavam em elaboração no decorrer do 1º semestre de 2017 foram colocados em execução antes do fim do período. Em 30 de junho de 2016, os valores previstos para projetos nessa etapa eram os seguintes:

Projetos em Elaboração - 1º sem/2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	1º sem/2016	acumulada até 30.6.2016
- Adequação do Museu de Valores às exigências legais, às recomendações do Projeto de Segurança e às recomendações do Relatório de Auditoria	1.811	-	-	-
- Aperfeiçoamento dos Modelos de Previsão da Liquidez Bancária	571	-	-	-
- Fluxo Eletrônico do Processo Administrativo Sancionador	320	-	-	-
- Introdução do <i>Covered Bond</i> no Brasil: Regulamentação da Letra Imobiliária Garantida	297	-	-	-
- Liderança no dia a dia	1.749	-	-	-
- Novo site do Banco Central do Brasil	878	-	-	-
- Projeto Modelos de Análise de Interrelações e Projeções Econômico-Financeira Internacionais	559	-	-	-
- Promoção de ações conjuntas do Grupo de Bancos Centrais da América do Sul pela Estabilidade e Desenvolvimento Financeiro com apoio do BID	250	-	-	-
- Seminários de Pesquisa sobre Estabilidade Macro-Financeira e Intermediação Financeira	755	-	-	-
- Sistema Integrado de Segurança	28.354	-	-	-
- <i>Supervisory Colleges</i> Banco do Brasil e Itaú-Unibanco (2016)	30	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	35.574	-	-	-

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do GPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

8.3. Projetos em execução

Projetos em Execução - 1º sem/2017	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2016	1º sem/2017	acumulada até 30.6.2017
- Adequação do Museu de Valores às exigências legais, às recomendações do Projeto de Segurança e às recomendações do Relatório de Auditoria	1.811	8	151	159
- Alinhamento da Supervisão	1.210	492	222	714
- Alinhamento da Supervisão de Conduta voltada à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo aos Padrões Internacionais	169	-	58	58
- Alinhamento da Supervisão de Conduta voltada ao Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros aos padrões internacionais	317	-	65	65
- Análise de Modelo de Negócios	916	342	39	381
- Aperfeiçoamento da produção estatística e alinhamento a padrões metodológicos internacionais	448	-	116	116
- Aperfeiçoamento dos Modelos de Previsão da Liquidez Bancária	571	3	49	52
- Aprimoramento do Sistema Expectativas de Mercado	105	-	-	-
- Aquisição de conhecimentos associados às competências profissionais	2.091	-	2	2
- Arranjos e Instituições de Pagamento	1.077	741	-	741
- Assistência Financeira de Liquidez	174	95	23	118
- Automação das Tesourarias do Rio de Janeiro e Salvador	44.044	16	-	16
- Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papéis de trabalho da Supervisão	1.814	1.382	87	1.469
- Cidadania financeira: informação e conhecimento para melhoria no relacionamento do cidadão com o SFN e com o BCB	931	472	193	665
- Competências para o Modelo de Supervisão	768	38	352	390
- Contabilidade de Instrumentos Financeiros - Convergência Internacional	387	-	39	39
- Desenvolvimento e Projeções Integradas	2.574	-	21	21
- Diagnóstico de Competências Profissionais Essenciais às Orientações Estratégicas e aos Processos Organizacionais	998	-	21	21
- Estabelecimento de acordo-modelo de serviços financeiros	340	-	93	93
- Estrutura de Capital e Disciplina de Mercado	1.345	592	266	858
- Estrutura de Planejamento e Acompanhamento da Difis	471	165	51	216
- Estrutura e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação na Fiscalização	76	2	-	2
- Estruturação da aprendizagem em idiomas no Banco Central	698	-	-	-
- Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil	6.395	3.378	575	3.953
- Excelência em Gestão de Processos	438	152	30	182
- Fluxo Eletrônico do Processo Administrativo Sancionador	320	13	82	95
- Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central	2.789	1.645	73	1.718
- Gestão da Força de Trabalho	561	-	-	-
- Gestão de Desempenho para a otimização de resultados no Banco Central do Brasil	1.464	346	5	351
- Gestão do Programa Modelo de Supervisão	120	29	22	51
- Integração das Informações de Monitoramento – I2M	928	13	10	23
- Introdução do Covered Bond no Brasil : Regulamentação da Letra Imobiliária Garantida	297	64	109	173
- Liderança no dia a dia	1.749	-	14	14
- Limites Operacionais e Supervisão Macropprudencial	538	118	83	201
- Memória do Banco Central do Brasil	1.685	379	230	609
- Modelos para Políticas Monetária e Macropprudencial	1.411	-	50	50
- Modernização da Diretoria de Política Econômica	3.029	-	-	-
- Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019	1.908	1.401	210	1.611
- Novo sistema de RDE de capitais estrangeiros no país – módulo ROF (Registro de Operações Financeiras)	38	-	-	-
- Novo site do Banco Central do Brasil	878	-	1	1
- Observa BC	1.356	150	127	277
- Organização industrial das infraestruturas do mercado financeiro (IMF)	373	174	121	295
- Participação do BCB no Programa de Trabalho do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - 2016/2017	284	-	145	145
- Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais	147.920	42.294	6.138	48.432
- Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração	4.075	1.711	128	1.839
- Projeto Modelos de Análise de Interrelações e Projeções Econômico-Financeira Internacionais	559	83	117	200
- Prospecção de técnicas de proteção do ambiente de produção da TI do Selic	95	-	-	-
- PTIC01 – Aprimorar a governança e os processos internos de TIC	11.533	119	594	713
- PTIC02 - Prover e Aprimorar Soluções de TIC	83.193	3.675	2.836	6.511
- PTIC03 - Prover e aprimorar plataformas de infraestrutura para soluções de TIC	145.000	53.009	9.341	62.350
- PTIC04 - Desenvolver Competências em TIC	4.200	575	447	1.022
- Regulação e supervisão prudencial de cooperativas de crédito e instituições não bancárias	344	38	112	150
- Revisão do Sistema de Resolução de entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil	400	263	96	359
- Segmentos da Sociedade e Agentes Externos	3.329	-	412	412
- Seminários de Pesquisa sobre Estabilidade Macro-Financeira e Intermediação Financeira	755	484	-	484
- Sistema Integrado de Autorizações	2.486	152	187	339
- Sistema Integrado de Segurança	28.354	111	168	279
- Teste de Estresse	334	95	17	112
- Tratamento do passivo documental pré Sidoc e digitalização de processos físicos	6.858	-	-	-
Total - Projetos em Execução	529.331	114.819	24.328	139.147

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL – REDI-BC

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 12

Projetos em Execução - 1º sem/2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	1º sem/2016	acumulada até 30.6.2016
- Alinhamento da Supervisão	1.210	-	214	214
- Análise de Modelo de Negócios	917	-	28	28
- Aperfeiçoamento das estatísticas de estoques e fluxos financeiros setoriais	182	92	4	96
- Aperfeiçoamento e Harmonização Internacional das Modelagens de Risco, Performance e Alocação Estratégica	736	222	114	336
- Arranjos e Instituições de Pagamento	1.047	615	87	702
- Assistência Financeira de Liquidez	285	55	18	73
- Automação das Tesourarias do Rio de Janeiro e Salvador	44.044	13	-	13
- Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papéis de trabalho da Supervisão	1.133	512	388	900
- Cidadania financeira: informação e conhecimento para melhoria no relacionamento do cidadão com o SFN e com o BCB	889	325	55	380
- Competências para o Modelo de Supervisão	769	-	-	-
- Consolidação da Participação do Brasil no <i>Central Bank Internal Auditors Group</i> (CBIA) e organização da reunião de 2015	194	53	16	69
- Construção de Indicadores macrofinanceiros	1.320	1.167	60	1.227
- Desenvolvimento de Sistema de Modelos e Procedimentos para Projeções de Variáveis Macroeconômicas	275	105	63	168
- Educação Financeira de jovens e adultos em situação de pobreza e extrema pobreza com foco no empoderamento financeiro	1.134	388	-	388
- Estrutura de Capital e Disciplina de Mercado	1.535	-	315	315
- Estrutura de Planejamento e Acompanhamento da Difis	777	-	19	19
- Estrutura e Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação na	76	-	-	-
- Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil	3.694	2.321	584	2.905
- Estudos sobre o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil	90	15	12	27
- Excelência em Gestão de Processos	438	-	7	7
- Expansão do SML na América Latina	97	-	9	9
- Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central	2.289	879	355	1.234
- Fortalecimento do papel do BCB nas discussões da área de infraestrutura promovidas pelo CEMLA (Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos)	129	-	-	-
- Gestão de Desempenho para a otimização de resultados no Banco Central	1.464	282	11	293
- Gestão de Riscos de Tipologia não Financeira e Continuidade de Negócios no Banco Central do Brasil	754	365	99	464
- Gestão do Programa Modelo de Supervisão	14	-	6	6
- IV e V Semanas da Cultura Organizacional - SCO	95	25	23	48
- Implantação do Arranjo Contingente de Reservas - <i>Contingent Reserve Arrangement</i> (CRA) - dos BRICS	116	90	16	106
- Implementação da metodologia do sexto Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6) na compilação do Balanço de Pagamentos (BP) e da Posição de Investimento Internacional (PII) do Brasil	239	105	28	133
- Integração das Informações de Monitoramento – I2M	928	-	13	13
- Limites Operacionais e Supervisão Macropprudencial	538	-	63	63
- Memória do Banco Central do Brasil	1.685	-	214	214
- Mesa de Monitoramento de Operações do Meio Circulante	72	4	1	5
- Modernização da Plataforma e Ferramentas de Previsão de Inflação para o Copom	398	331	-	331
- Modernização do sistema de registro declaratório eletrônico de capitais estrangeiros no país (Fase 1 - Investimento Estrangeiro Direto)	311	142	-	142
- Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019	1.908	559	404	963
- Observa BC	332	-	-	-
- Organização industrial das infraestruturas do mercado financeiro (IMF)	454	39	22	61
- PTIC01 - Aprimorar a governança e os processos internos de TIC	11.533	-	-	-
- PTIC02 - Prover e Aprimorar Soluções de TIC	83.193	-	-	-
- PTIC03 - Prover e aprimorar plataformas de infraestrutura para soluções de TIC	145.000	-	-	-
- PTIC04 - Desenvolver Competências em TIC	4.200	-	-	-
- Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais	147.920	22.415	4.299	26.714
- Projeto Aumento da Eficiência e Efetividade na Cobrança e Recuperação de Créditos, com Foco em Grandes Devedores	945	102	31	133
- Projeto de Diagnóstico da Área de Saúde do Banco Central	362	5	159	164
- Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração	4.075	1.085	306	1.391
- Projeto Implantação da Abordagem Baseada no Risco para PLD/CFT	78	-	-	-
- Projeto Ouro e Demais Metais Preciosos: Inventário, Diagnóstico e Recomendações	90	81	3	84
- Redução dos Custos Associados à Regulação Contábil e de Auditoria	228	86	51	137
- Regulação e supervisão prudencial de cooperativas de crédito e instituições não bancárias	344	-	6	6
- Revisão do Sistema de Resolução de entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil	433	121	109	230
- Sistema das Exigibilidades do Crédito Rural	230	47	126	173
- Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro	1.390	759	319	1.078
- Sistema Integrado de Autorizações	2.510	-	37	37
- Teste de Estresse	334	-	39	39
Total - Projetos em Execução	475.433	33.405	8.733	42.138

A não realização de despesas no semestre em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

A seguir, são apresentados aspectos referentes aos projetos em execução mais relevantes, considerando o valor realizado até 30 de junho de 2017:

- a) Automação de Processos da Supervisão, incluindo a implementação do SRC Dinâmico e a automação de papéis de trabalho da Supervisão: projeto cujo objetivo é aprimorar os processos de supervisão direta pela sua automação, com registro padronizado e integrado dos papéis de trabalho das ações de supervisão, pela economia de recursos e pelo aperfeiçoamento da metodologia de Avaliação de Riscos e Controles (SRC);
- b) Estruturação e implantação do Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (Cecab), no Banco Central do Brasil: projeto decorrente de acordo entre o BCB e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabelecer o Cecab, tornando-o um centro de capacitação regional do FMI de excelência em assuntos econômicos;
- c) Fortalecimento Institucional do Sistema de Capacitação do Banco Central: projeto com objetivo de implantar metodologias e instrumentos que aumentem a efetividade de ações de capacitação relacionadas aos conhecimentos essenciais do BCB;
- d) Novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2019: projeto cujo objetivo é realizar o planejamento estratégico do BCB para o ciclo 2016-2019, com base em diagnósticos e análises de cenários, estabelecendo novas orientações, prioridades e ações estratégicas, consolidando a metodologia e as ferramentas de planejamento e de governança da instituição;
- e) Programa de revitalização, modernização e inovação de edifícios funcionais: projeto cujos objetivos são promover a melhoria das condições de trabalho de servidores e contratados do BCB, especialmente nos aspectos de acessibilidade, sustentabilidade e segurança, bem como a racionalização dos espaços físicos e a redução do consumo de água e energia, por meio da inovação tecnológica, modernização da infraestrutura e revitalização dos edifícios funcionais;
- f) Projeto Estratégico Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros: implantação e integração (BCJUR2): projeto cujos objetivos são: (i) promover a implantação do sistema BCJUR2 em produção, para aprimorar as atividades de representação, consultoria e assessoramento legal do BCB, bem como o controle do passivo judicial e dos créditos geridos pela área jurídica; e (ii) implementar a integração do BCJUR2 com os sistemas de órgãos do Poder Judiciário, aumentando a eficiência da representação judicial do BCB;
- g) PTIC01 – Aprimorar a governança e os processos internos de TIC: projeto cujo objetivo é otimizar o uso dos recursos financeiros;
- h) PTIC02 - Prover e Aprimorar Soluções de TIC: projeto cujos objetivos são: (i) gerenciar o Relacionamento com as áreas de negócio e prover soluções de TIC; (ii) aprimorar os serviços de provimento e análise de dados; e (iii) atualizar as tecnologias dos sistemas legados;
- i) PTIC03 - Prover e aprimorar plataformas de infraestrutura para soluções de TIC: projeto cujos objetivos são: (i) prover plataformas para serviços de TIC; e (ii) prover infraestrutura para suportar serviços de TIC de computação pessoal e de mobilidade; e
- j) PTIC04 - Desenvolver Competências em TIC: projeto cujo objetivo é desenvolver competências em TIC.

8.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos - 1º sem/2017	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2016	1º sem/2017	acumulada até 30.6.2017
- Aperfeiçoamento e Harmonização Internacional das Modelagens de Risco, Performance e Alocação Estratégica	736	468	-	468
- Desenvolvimento de Sistema de Modelos e Procedimentos para Projeções de Variáveis Macroeconômicas	341	221	37	258
- Estudos sobre o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil	90	44	-	44
- Gestão de Riscos de Tipologia não Financeira e Continuidade de Negócios no Banco Central do Brasil	755	615	4	619
- Mesa de Monitoramento de Operações do Meio Circulante	72	6	29	35
- Modernização do sistema de registro declaratório eletrônico de capitais estrangeiros no país (Fase 1 - Investimento Estrangeiro Direto)	311	254	-	254
- Projeto de Diagnóstico da Área de Saúde do Banco Central	400	330	24	354
- Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro	1.390	1.223	31	1.254
- Supervisory Colleges Banco do Brasil e Itaú-Unibanco (2016)	36	27	-	27
Total - Projetos Concluídos	4.131	3.188	125	3.313

Projetos Concluídos - 1º sem/2016	Orçamento previsto	Realização		
		acumulada até 31.12.2015	1º sem/2016	acumulada até 30.6.2016
- Avaliação Externa sobre o Arcabouço Brasileiro para Estabilidade Financeira	367	219	115	334
- Cinquentenário do Banco Central do Brasil	679	539	100	639
- Estudos de Viabilidade e Definição Técnica de um SML da CPLP	72	13	-	13
- Implementação das Recomendações de Basileia - Fase 5	2.467	2.435	1	2.436
- Modernização da Auditoria Interna	1.804	977	39	1.016
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 01) Aprimoramento da Governança de TIC	375	375	-	375
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 02) Provimento de Soluções de TIC para as Unidades do Banco Central do Brasil	15.185	12.537	2.598	15.135
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 03) Aprimoramento das Soluções de Intranet, Internet e Extranet	351	198	153	351
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 04) Aperfeiçoamento Tecnológico da Estrutura de Automação de Escritórios e de Computação Pessoal	10.138	7.364	2.753	10.117
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 05) Atualização Tecnológica da Infraestrutura de Hardware e Software	70.522	67.435	879	68.314
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 06) Aprimoramento dos Serviços de Redes e Comunicações Unificadas	12.260	11.866	326	12.192
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 07) Melhoria dos Processos e Arquitetura de Desenvolvimento de Sistemas de TIC	1.740	1.530	210	1.740
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 08) Aperfeiçoamento tecnológico das plataformas de desenvolvimento de soluções de TIC	8.520	7.343	884	8.227
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 09) Modernização Tecnológica dos Sistemas Computacionais	3.265	2.705	560	3.265
- PDTI 2013-2015 (Objetivo 10) Desenvolvimento das Competências em TIC	1.938	1.461	396	1.857
- Sistema de Acompanhamento de Regimes Especiais de Resolução	746	322	223	545
Total - Projetos Concluídos	130.429	117.319	9.237	126.556

A seguir, são apresentados aspectos referentes aos projetos concluídos mais relevantes, considerando o valor realizado até 30 de junho de 2017:

- Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro: projeto cujo objetivo foi integrar o controle de operações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ao Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor); e
- Gestão de Riscos de Tipologia não Financeira e Continuidade de Negócios no Banco Central do Brasil: projeto cujo objetivo foi Desenvolver, implantar e revisar modelo de gestão de riscos não financeiros e de continuidade de negócios no BCB.

8.5. Doação de recursos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos realizados com os projetos institucionais de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	Semestres findos em 30 de junho	
	2017	2016
Diárias e Passagens	2.981	1.631
Serviços Técnico Profissionais	1.089	1.055
Treinamento	376	555
Serviços de Consultoria	126	116
Equipamentos de Informática	1.064	2.630
<i>Softwares</i> e soluções de informática	12.468	7.326
Realização de Obras	5.093	3.348
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	987	1.099
Outras	269	210
Subtotal	24.453	17.970
Recursos disponibilizados ao BCB para custeio da carteira de projetos	2.958	1.646
Total	27.411	19.616

A variação no período decorreu, principalmente, do aumento das despesas com *softwares* e soluções de informática, tendo em vista que os novos projetos do PDTI para o ciclo 2016-2019 (PTIC) tiveram maior execução financeira no 1º semestre de 2017 (Nota 8.3) e com realização de obras.

9 - RECEITAS COM JUROS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2017	2016
Compromisso de Revenda (Nota 5)	75.842	83.717
Créditos a Receber (Nota 6.1)	13.887	14.736
Outras	3	19
Receitas com Juros	89.732	98.472

A variação no período decorreu, basicamente, da redução das receitas com juros das operações compromissadas em comparação ao mesmo período do ano anterior. A variação se justifica em função da redução da taxa Selic, apesar do aumento do saldo médio aplicado.

10 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Refere-se às despesas com o ressarcimento, ao BCB, dos custos incorridos na administração da Redi-BC (Notas 1 e 14.1).

11 - RESULTADO NO SEMESTRE**11.1. Resultado no semestre**

O resultado no 1º semestre de 2017 foi positivo em R\$59.325 (R\$76.917 no 1º semestre de 2016). A variação no resultado decorreu, basicamente, da redução das receitas com juros (Nota 9) e do aumento das despesas relacionadas ao custeio de projetos (Nota 8).

11.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

No 1º semestre de 2016 e de 2017 não existiam itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido que requeassem a sua divulgação na DRA.

12 - ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O quadro a seguir apresenta, para cada rubrica do ativo e do passivo da Redi-BC, os valores que se espera recuperar ou liquidar após 31 de dezembro de 2018 (após 31 de dezembro de 2017, para os saldos existentes em 31 de dezembro de 2016), considerados como não circulantes. Os demais valores foram considerados como circulantes.

	30.6.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.965		2.965	3	-	3
Compromisso de Revenda	1.468.679		1.468.679	1.405.496	-	1.405.496
Créditos com o Governo Federal	51	181	232	32	202	234
Créditos a Receber	36.021	226.131	262.152	23.558	245.392	268.950
Outros	24		24	45	-	45
Total do Ativo	1.507.740	226.312	1.734.052	1.429.134	245.594	1.674.728
Passivos						
Credores Diversos	1		1	2	-	2
Total do Passivo	1	-	1	2	-	2

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

	30.6.2017		31.12.2016	
	Valor Justo	Contabilidade	Valor Justo	Contabilidade
Ativos Financeiros				
Empréstimos e Recebíveis	1.670.698	1.734.052	1.593.962	1.674.728
Passivos Financeiros				
Outros Passivos	1	1	2	2

Em 30 de junho de 2017, dentre os instrumentos classificados como Empréstimos e Recebíveis, o valor justo dos créditos a receber com o Banco Econômico – Em Liquidação Extrajudicial (Nota 6), apurado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando-se taxas de mercado compatíveis, era R\$198.798 (R\$188.184 em 31 de dezembro de 2016).

Os demais ativos e passivos financeiros não apresentam diferença significativa entre o valor justo e o valor contábil, por se referirem a operações à vista ou de curto prazo, à exceção dos Créditos com o Governo Federal, os quais, entretanto, não apresentam saldo relevante.

14 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgações sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

14.1. Banco Central do Brasil (BCB)

O BCB é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica.

As principais transações realizadas entre o BCB e a Redi-BC são as operações de compra com compromisso de revenda, cujas condições estão descritas na Nota 5, e a doação de recursos para a execução de projetos institucionais, discriminada na Nota 8.

Na administração da Redi-BC, o BCB utiliza-se de sua estrutura e mão de obras internas, sendo ressarcido dos custos incorridos por meio de cobrança de taxa de administração, que no 1º semestre de 2017 foi de R\$2.975 (R\$1.948 no 1º semestre de 2016 – Nota 10). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo BCB, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas pelos servidores do BCB no desenvolvimento de atividades relacionadas à Redi-BC.

O Regimento Interno do BCB estabelece as competências para a administração da Redi-BC, que são exercidas pelo Depog (Nota 1), cabendo destacar, ainda, o desenvolvimento de atividades relacionadas à Redi-BC pelas demais unidades do BCB, em suas respectivas áreas de atuação.

14.2. Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus)

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos servidores do BCB que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

14.3. Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)

A Funpresp-Exe é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo sido criada pelo Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações. A Funpresp-Exe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

14.4. Fundo de Assistência ao Pessoal (Faspe)

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos servidores do BCB. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do BCB e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do BCB equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. O Faspe, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerado como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um plano de benefício pós-emprego mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o BCB.

14.5. Governo Federal

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que originariamente a Redi-BC foi constituída com recursos da Recheque (Nota 1). Em 30 de junho de 2017, a Redi-BC possuía créditos com o Governo Federal no valor de R\$232 (R\$234 em 31 de dezembro de 2016).

André Pinheiro Machado Mueller
Chefe do Departamento de Planejamento,
Orçamento e Gestão

Arthur Campos e Pádua Andrade
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Execução Financeira
Contador - CRC-DF 24.829/O-7



Reserva para
Desenvolvimento
Institucional do
Banco Central -
Redi-BC

**(Administrada pelo Banco Central
do Brasil)**

**Relatório sobre a revisão das
demonstrações financeiras
sintéticas intermediárias**

30 de junho de 2017



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Aos
Administradores da
Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC
(administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial sintético intermediário da Reserva para Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC ("Redi-BC") em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas ("as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias").

A Administração da Redi-BC é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias de acordo com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting* ("Relatório Financeiro Intermediário"), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Outros assuntos

Valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com datas de 29 de março de 2017 e 28 de setembro de 2016, respectivamente.

Brasília, 28 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0